



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 32

19.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 30 de junho de 2021

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Anabela Milhinhos (em substituição de Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Maria da Conceição Ceia Miranda, Raúl Cordeiro (em substituição de Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Adriano Dias Pedro, Amândio José Valente e Valente, Fernando António Rebola, António Queiroz (em substituição de José Manuel Pinto Leite, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Pinheiro, Marco Antunes (em substituição de Cristiana Mafalda Silveira Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Pedro Ranheta (em substituição de Ana Catarina Vilhais, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Manuel Batista Vivas, Marília Lacão (em representação de Luís Miguel Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, e Francisco José Meira Martins da Silva.-----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e quinze minutos. Foi verificada a existência de quórum. Chamou para a mesa Carla Mocito e Anabela Milhinhos para o lugar de primeira e segunda secretária, respetivamente.-----

Intervenção do público

Não houve intervenção do público.-----

O presidente da mesa disse que teriam de fazer a apreciação de um ponto prévio que resultava do pedido da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na lei, para integração de três pontos na ordem do dia, que tinham a ver com as contas. Sublinhou que, a sua interpretação era que, tratando-se de pontos obrigatórios daquela Assembleia Municipal, a prestação de contas era um imperativo e, havendo uma lei que dispunha sobre tal obrigatoriedade, os pontos seriam integrados automaticamente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portanto, não havendo qualquer reclamação sobre a inclusão dos mesmos, a deliberação da mesa dava-se por confirmada.

Quanto à revisão orçamental dos Serviços Municipalizados e por não ser ponto obrigatório, resultante da lei, existia a necessidade de conviência, da parte do plenário daquela Assembleia, relativamente à integração daquele ponto na ordem do dia.

Perguntou se havia alguma questão por parte dos membros. Não havendo, colocou à votação a integração do ponto, na ordem do dia. O mesmo foi integrado na ordem, por unanimidade. -----

Período antes da ordem do dia:

No uso da palavra, Hugo Capote, relativamente à questão da COOPOR, já ali discutida na última sessão, perguntou em que ponto estava a situação, uma vez que verificou que a empresa continuava a funcionar nas instalações antigas. Salientou que, pelo que constava no relatório de contas, as verbas para aquisição do local para instalação da mesma já tinham sido despendidas pela autarquia e a aquisição já estava feita. -----

A presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e explicou que, na questão da COOPOR, estavam à espera que os advogados encontrassem um consenso, na tentativa de se chegar a uma proposta para ir a reunião do executivo. Acrescentou que já tinham apresentado uma proposta, mas não foi consensual. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara se achava que tinha sido no melhor interesse da Câmara a aquisição de três imóveis, pelo valor de trezentos e quarenta mil euros, quando o assunto ainda não estava resolvido e ainda nem havia acordo prévio, ao contrário do que a mesma tinha ali dito, na última sessão. -----

A presidente da Câmara disse que a aquisição daqueles imóveis se prendia com uma questão que tinha a ver com o investimento que se pretendia que acontecesse com os proprietários do espaço por detrás do edifício da Câmara Municipal. Evidentemente, o assunto tinha de ser analisado pelo município e defender os interesses do público.

Hugo Capote sublinhou que todos sabiam que tinha sido com aquele objetivo que o edifício tinha sido adquirido. Contudo, a Câmara já tinha gasto o dinheiro na aquisição dos mesmos e o projeto continuava sem poder avançar, porque o objetivo da compra era para retirar a empresa do atual local. Tal ainda não tinha acontecido. Voltou a questionar a autarca se achava que tinha sido no melhor interesse da Câmara e da gestão das verbas a aquisição antes do acordo com a COOPOR. -----

A presidente da Câmara disse que se não achasse que era no melhor interesse, não o teria feito. O principal era solucionar, de raiz, a situação, que já se arrastava desde dois mil e cinco. Salientou que só se deu conta da mesma há pouco tempo atrás e que tem tentado resolvê-la da melhor forma possível. Não era a solução que gostaria, mas era a possível. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou, relativamente à questão dos juízes sociais, se o município iria continuar sem indicar os mesmos, uma vez que aquele era o último dia para tal. Quanto à Biblioteca Municipal, perguntou se continuava sem bibliotecária. Sabia que a Câmara tinha candidatado a Biblioteca à rede de bibliotecas da Unesco e perguntou para quando a resolução daquela situação. -----

A presidente da Câmara Municipal, quanto aos juízes sociais, disse terem sido contactadas as entidades e, atualmente, existiam já quinze pessoas, mas ainda faltavam mais quinze.

Relativamente à Biblioteca, disse que um gestor não tinha de ser obrigatoriamente um bibliotecário, numa biblioteca. Podia ser um gestor numa área, desde que fosse competente, tecnicamente. -----

Hugo Capote disse que o facto de um gestor poder substituir um bibliotecário dizia muito acerca da visão da presidente da Câmara, na forma como uma biblioteca devia interagir com a comunidade onde estava inserida.

Relativamente ao programa “Enclave”, perguntou à presidente para quando estava prevista a implementação da alteração ao mapa de pessoal da autarquia. -----

A presidente da Câmara referiu que a alteração ao mapa de pessoal tinha sido, efetivamente, aceite por unanimidade mas o problema foi saber que tipo de concurso se iria fazer para regularizar aquela situação. -----

Henrique Santinho perguntou à presidente da Câmara Municipal se ainda havia intenção daquele executivo proceder a algumas obras na freguesia dos Fortios, uma vez que continuavam a existir ruas a precisar de intervenções, assim como nos sanitários públicos que estavam completamente desatualizados. -----

A presidente da Câmara disse que tinha sido feita uma alteração orçamental para avançar com a intervenção na estrada do Frangoneiro, bem como tinha sido lançado o procedimento para os sanitários. -----

Moção – CLIP (Ricardo Romão)

“O Plano Ferroviário Nacional (PFN) é o instrumento que irá definir a rede ferroviária que assegura as comunicações de interesse nacional e internacional em Portugal. Com este plano, pretende o governo conferir estabilidade ao planeamento da rede ferroviária para um horizonte de médio e longo prazo, elaborando uma proposta tendo em conta os contributos da discussão pública que decorre neste momento.

Apresentamos os nossos contributos, esperando que os mesmos tenham final diferente daqueles que foram enviados para o Programa Nacional de Investimentos (PNI) 2030, para o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) ou para o Programa de Modernização da Rede Ferroviária Nacional (Ferrovia 2020).

Na realidade, Portalegre contribui sempre de forma ativa mas, infelizmente, nesta e noutras matérias, tem sempre ficado “a ver passar os comboios”. É, por isso, importante voltar a lembrar que o distrito de Portalegre também é Portugal e voltar a reiterar, aqui,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aspirações e reivindicações do nosso município e da nossa região (algumas mais recentes, outras bem antigas).

O principal e único eixo ferroviário que serve este território é a Linha do Leste, que se estende desde a Estação de Abrantes, na Linha da Beira Baixa, à fronteira em Elvas, incluindo no seu traçado Ponte de Sor, Crato, Portalegre e Arronches, construída em via única, não eletrificada. O traçado é um dos melhores em Portugal para o transporte ferroviário, com longas retas e curvas de raio aberto. A linha do Leste assume-se como corredor alternativo de ligação ao Centro-Norte a partir do futuro Corredor Internacional Sul.

Associado a este eixo de transporte de mercadorias existe o ramal de Cáceres que parte de Torre das Vargens, até Espanha, e que atualmente tem a circulação suspensa, e os desativados Ramais de Mora, Portalegre e Vila Viçosa. Desde sempre que esta via-férrea tem uma função estratégica nas ligações a Espanha, não só para passageiros, mas sobretudo para mercadorias. A construção da Linha do Leste fez parte da primeira fase da instalação dos caminhos-de-ferro em Portugal, tendo as obras começado oficialmente em 17 de Setembro de 1853, depois de concurso organizado por Fontes Pereira de Melo. Curioso que nessa altura, a polémica sobre qual das duas linhas, a do Norte ou do Leste, era de construção prioritária, resultou numa clara e lógica preferência pela linha do Leste.

Infelizmente a história da Linha do Leste é muito mais sinuoso do que o perfil da sua via, e desde o projeto para a continuação do Ramal de Portalegre até Castelo de Vide e Fratel, às comissões de Portalegrenses que reivindicam a aproximação da estação para a cidade, dos estudos da década de 80 para adaptação desta linha à bitola europeia, ou do programa de investimentos de 2009, que previa a adaptação da via a bitola dupla, tudo foi ficando nos arquivos e, depois da supressão da circulação de passageiros em 2012, só em 2015 voltaram a circular comboios de passageiros na Linha do Leste mas com frequência de um por dia.

Neste momento, uma deslocação entre Lisboa e Portalegre pode ser feita uma vez por dia, com uma duração de 3h30 e saída de Lisboa às 8h45 mas em sentido inverso já tem uma duração de 4h26, tendo que sair de Portalegre às 16h24. A inexistência de oferta atrativa e capaz de atrair os utentes, será sempre dissuasora da utilização por parte destes, nunca sendo possível argumentar seja o que for pelas baixas estatísticas oficiais de passageiros. Isso é óbvio.

O transporte ferroviário, pelas suas características, é um transporte ecológico e como tal deve estar ao serviço duma política de mobilidade sustentável, que o Governo diz querer promover;

Não se pode pensar numa ligação entre Lisboa e Madrid que não inclua uma paragem em Portalegre.

É, por isso, fundamental que se considere a modernização e eletrificação da Linha do Leste, em toda a sua extensão, permitindo que a capital de distrito seja servida pelos Serviços Ferroviários Nacionais, quer no que respeita ao transporte de passageiros quer de mercadorias. Qualquer Plano que pretenda promover a Coesão Territorial, diminuir as assimetrias regionais, entre o litoral e o interior do país e aumentar a competitividade e atratividade dos territórios do interior, tem que contemplar esta medida estratégica sendo este investimento crucial para o futuro de Portalegre e de toda a região envolvente.

Associado a esta intervenção deverá obrigatoriamente considerar-se a deslocalização



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da estação ferroviária de Portalegre para junto da cidade (Zona Industria / Escola Superior de Tecnologia e Gestão) sendo esta uma das mais antigas reivindicações da população de Portalegre e das suas empresas e instituições; a estação de Portalegre encontra-se a cerca de 12km da cidade o que, associado a uma oferta de serviço desajustada e escassa, tem levado ao quase abandono do uso do comboio. É uma obrigação do Estado e um direito dos cidadãos.”

Ricardo Romão acrescentou que existia, atualmente, um período de discussão de contributos públicos para o Plano Ferroviário Nacional e a intenção da CLIP era que a Assembleia Municipal de Portalegre se pronunciasse sobre o assunto e reivindicando aquilo que julgavam ser as necessidades para o concelho de Portalegre. Esperava que a intenção fosse extensível aos outros grupos da Assembleia, ouvida e acutelada nos investimentos futuros. -----

Rosário Narciso, relativamente à moção apresentada e aos contributos sugeridos na mesma, disse que deveriam ter sido ouvidos todos os grupos ali representados e não ser somente uma proposta da CLIP, de forma autónoma.

Em relação à forma da mesma, não lhe parecia ser a melhor apresentação, pois nem tinha nenhum formulário para se poder votar.

Sublinhou que as populações moviam-se porque havia ativistas que as faziam mover. Naquele caso, o trabalho do PEV foi significativo para tal, tanto no concelho de Portalegre, como nos outros onde passava a Linha do Leste. Lembrou que não tinha sido em dois mil e quinze que os comboios de passageiro tinham voltado a circular, mas sim em agosto de dois mil e dezassete.

Considerou que a ferrovia era um eixo estruturante de qualquer país, porque sem a mesma não havia empresas que se fixassem, nem aumentava o número de visitantes.

Solicitou que pudesse acrescentar um texto final, ao que ali foi revelado e para que pudessem, inclusive, colaborar com aquela proposta. Dizia o seguinte:

“No dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezassete, o comboio de passageiros voltou a circular na Linha do Leste, entre o Entroncamento e Badajoz, parando todos os dias na estação de Portalegre e garantindo uma ligação diária do concelho ao resto do país e a Espanha.

Ainda assim, urge melhorar as condições do serviço, com material circulante mais moderno, por forma a reduzir o tempo de viagem, com a criação de novos horários e melhorando a ligação das estações com os aglomerados urbanos, para que a Linha do Leste venha a dar uma plena resposta às necessidades das populações e do desenvolvimento do distrito.

No caso de Portalegre, a solução mais adequada, tanto do ponto de vista energético e ambiental, como a nível do ordenamento do território, passa pela construção de um pequeno ramal ferroviário de cerca de doze quilómetros que, apesar do estudo, para a sua construção está já inscrito no plano nacional de investimento 20/30, há que garantir que o futuro plano nacional dê aval à sua construção, no prazo mais rápido possível, para que não se atrase o desenvolvimento da região, pois ligar a Linha do Leste ao parque industrial, onde está também localizado um dos polos da IIP é aproximar o comboio da cidade e ligar a capital de distrito a Lisboa, ao Porto e a Espanha e também a Évora e ao porto de Sines, garantido a articulação do transporte de passageiros com a linha Sines-Caia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Este investimento é atrativo para os passageiros e também para o parque industrial que passa a ser mais competitivo e também é importante garantir a eletrificação e a passagem de um comboio inter cidades, pois nós somos a única capital de distrito que não beneficia deste tipo de circulação.”

Ricardo Romão agradeceu a proposta apresentada anteriormente mas, quando a CLIP submeteu a moção, sabiam que na Câmara também tinha sido apresentada outra moção semelhante e que já tinha recebido contributo de vereadores presentes na reunião do executivo. Pediram que os contributos fossem incluídos naquele documento. Portanto, não levavam ali o documento com a pretensão de ser da CLIP; o mesmo era apresentado pela CLIP mas, obviamente, pretende ser veiculado pela Assembleia Municipal. Percebia a questão de se ir atrás da reivindicação do ramal para Portalegre e continuavam a achar que se devia insistir na deslocalização da linha, aproximando-a à cidade, porque as questões dos ramais eram sempre situações de recurso.-----

Rosário Narciso, relativamente ao desvio da linha em causa, disse ser algo muito complicado e, atualmente, já estava inscrito no PNI aquele ramal. Na sua opinião, não deveriam perder a oportunidade, porque o estudo já estava aprovado e em execução. Deviam avançar quanto antes e, posteriormente, continuar a lutar por melhores condições. No entanto, em termos de ordenamento do território, referiu ser difícil a deslocalização daquela linha. E, portanto, seria importante passar à parte do ramal que ligasse o parque industrial à Estação de Portalegre.

Entendia que se deveria criar um grupo de trabalho com os líderes de bancada, que compusesse a moção em causa, até porque a moção da CLIP ali apresentada era exatamente a mesma que foi à reunião do executivo.

Concluiu, sublinhando que o PEV tinha trabalhado muito naquela área e queria continuar a dar o seu contributo. -----

O presidente da mesa entendia que havia ali várias alternativas, do ponto de vista metodológico. No entanto, face ao impasse ali verificado, presumia que todos teriam interesse em que o texto fosse aprovado, sendo o mais consensual possível.

Matérias daquela natureza não deveriam ser objeto de disputa e, muito menos ao nível técnico, porque nenhum ali era técnico da área dos transportes ferroviários. Poderiam, eventualmente, colocar uma questão em cima da mesa: aprovarem aquele documento, na generalidade ou poderem aprovar as alterações propostas pelo PCP/PEV, na generalidade, ou até mais, aprovarem ambas e constituir um grupo de trabalho que possa formular uma redação final. -----

Hugo Capote disse que o seu grupo concordava em absoluto com a metodologia proposta. -----

Proposta – PCP/PEV – (Hugo Capote)

“Fernando Soares foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Portalegre, eleito após o 25 de Abril de 1974.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Mandato pelos portalegrenses, em eleições livres, para presidir à Câmara de Portalegre entre 1976 e 1979, o seu mandato soube interpretar os novos desafios da democracia e responder às necessidades da população do concelho.

O direito à habitação, com dignidade, consagrado na Constituição da República Portuguesa foi uma das suas prioridades e o Bairro dos Assentos foi uma expressão viva do seu trabalho para a prossecução desse direito.

Razão porque se recomenda à Câmara Municipal de Portalegre a atribuição do seu nome à praça central do bairro dos Assentos, onde está localizada a piscina coberta municipal, entre a rua Coronel Velez Caroço, a rua Professor Ângelo Monteiro, a rua Dr. José Sampaio e o largo professor Jaime Belém.”

Proposta – PCP/PEV – (Hugo Capote)

“Jorge Arranhado, empresário portalegrense já falecido, foi um empreendedor e impulsionador da atividade comercial em Portalegre, modernizando-a e conferindo-lhe um importante caráter social de promoção de emprego e prestação de serviços.

Um inovador, na sua época, Jorge Arranhado foi também um filantropo e benemérito de atividades culturais e desportivas das diversas associações portalegrenses, tendo presidido ao Sport Club Estrela, mesmo quando esteve proibido devido às suas posições contra o regime do Estado Novo.

Nunca esqueceu as suas origens operárias, e os tempos em que trabalhou na Robinson, estando sempre disponível para ajudar os seus conterrâneos e a sua terra.

Razão porque se recomenda à Câmara Municipal de Portalegre a atribuição o seu nome ao edifício da Sociedade União Operária Portalegrense, edifício de forte memória operária em Portalegre e onde esteve também sediado o clube desportivo a que Jorge Arranhado presidiu, associando o seu nome ao caráter inovador e empreendedor que se pretende para a respetiva regeneração e refuncionalização.”

Ordem do dia:

1– Informação da presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

João Meira solicitou pedidos de esclarecimento quanto à atuação da Câmara Municipal e da presidente em matérias importantes, nomeadamente quando a mesma disse ter convidado a ministra da cultura para vir visitar a manufatura das tapeçarias, numa tentativa de sensibilização para a importância das mesmas. Perante tal, perguntou à presidente qual tinha sido a quota parte de responsabilidade da autarquia para com a defesa e valorização da tapeçaria de Portalegre, bem como em que ponto estava a candidatura a património da humanidade, já proclamada pela presidente há mais de quatro anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em segundo lugar, perguntou qual tinha sido a atuação do executivo perante o repto ali deixado para que fosse constituído um fundo municipal para salvaguarda das tapeçarias e aquisição de tapeçarias novas.

Quanto à página oito, relativamente às empreitadas levadas a cabo na Rua da Fontinha, na Alagoa, perguntou se estava previsto uma intervenção no alindamento e alcatroamento do passeio público naquela artéria.

Na página nove, quanto à remoção do fibrocimento na Escola Básica José Régio, recordou que a mesma resultava de um programa estabelecido pelo Governo para remoção do mesmo de todos os estabelecimentos escolares, o qual assegurava o financiamento a cem por cento e aos municípios apenas foi pedida a gestão dos concursos para lançamento das obras. Portanto, perguntou à presidente qual o motivo que precedeu a escolha do timing para o arranque da empreitada, na medida em que a mesma já teria arrancado, antes do ano letivo ter terminado.

Ainda na página dezoito, relativamente à requalificação da Avenida Francisco Fino, disse à autarca que a forma como a mesma tinha sido estruturada, por parte do executivo municipal, acabava por demonstrar a ausência de visão estratégica. Se Portalegre já era alvo de chacota por ter cinquenta metros de ciclovía que terminava numa parede, então com a Avenida em causa, o motivo de risada era ainda maior, porque iriam ser acrescentados mais metros de ciclovía, no coração da Zona industrial, junto da zona de libertação de carbono e poluição. Qual era o objetivo afinal? -----

A presidente da Câmara, quanto à questão das tapeçarias, disse que se tinham desenvolvido esforços, junto do Ministério da Cultura e do Turismo, no sentido de se desenvolver a promoção das mesmas no mercado, para que tivessem encomendas. Relativamente ao fundo municipal, referiu que foi feita uma candidatura, a qual já estava aprovada, no valor de quatrocentos mil euros, e que tinha um plano estratégico, já discutido em Lisboa e aprovado. O plano iria arrancar, com um conjunto de ações que visava promover a tapeçaria de Portalegre. Acrescentou que teve uma reunião, com a responsável pela manufatura e, com o acordo de todas as partes, iriam arrancar com o projeto.

Em relação às empreitadas de condutas de água, sublinhou que mandaram elaborar o projeto para o alcatroamento das artérias referidas, embora não estivesse concluído.

Quanto à questão do fibrocimento, referiu que foram confrontados pelo empreiteiro com a situação de se remover o mesmo e tal foi reportado à Direção Regional de Educação, que lhes disseram para avançar. A empresa em causa apresentava condições para que a remoção do fibrocimento fosse feita em segurança.

Por último, disse que a ciclovía iria fazer ligação com outra ciclovía, a concluir futuramente. -----

Luís Carvalho perguntou à presidente da Câmara Municipal como é que era a perspetiva futura de integração naquela rede e quais os passos que tinham sido dados na tentativa de acolher os locais de trabalho, para a administração pública, no território.

Quanto à remoção do fibrocimento, perguntou até que ponto é que estava assegurado, da parte da autarquia, a possibilidade de se conseguir financiamentos para reabilitação da Escola José Régio.

Em relação ao relatório, mais propriamente à transferência de competências para o município, no domínio da educação, questionou qual o impacto que iriam ter as mesmas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

em termos de organização dos serviços, dos recursos humanos e financeiros, no curto e médio prazo. -----

A presidente da Câmara disse existirem vários edifícios que estavam identificados, no sentido de albergarem as pessoas que queriam vir para a cidade. Sabia também que o IPP estava a desenvolver esforços naquele sentido e, todos em conjunto, teriam soluções a curto e médio prazo.

Relativamente à Escola José Régio e à Escola Cristóvão Falcão disse que foram inscritas para o plano de reabilitação e que a última tinha sido contemplada e ficou a promessa, por parte do Ministério da Educação, de reabilitar, com fundos, a primeira. O valor necessário para a Escola José Régio era, em muito, superior à outra escola, pois tinha a ver com a estrutura e o facto de possuir vários blocos degradados.

Em relação ao impacto da questão da transferência de competências para a Câmara, referiu que os edifícios não passariam todos para a autarquia. Os edifícios da Parque Escolar continuavam a ser da Parque Escolar. Os não docentes é que iriam passar.

Acrescentou que tinha reunido, quer com os técnicos, quer com os diretores da educação, para se perceber o impacto financeiro. Quanto ao nível da organização, disse que não iria haver grande impacto porque, à partida, a escola iria continuar a colaborar naquilo que era a gestão das pessoas. Provavelmente, surgirão algumas situações pontuais e, portanto, alguns dados não eram concretos mas, no final do mês de julho, iriam reunir novamente para fechar a questão em causa. -----

Raúl Cordeiro perguntou à presidente da Câmara se o espaço indicado no relatório, ao qual chamou de co working, entrava no mesmo parágrafo da incubadora de empresas, ou se era apenas “poesia”.

Relativamente à transferência de competências e gestão que o município tinha aceite, no passado dia vinte e oito, sobre as muralhas do Castelo e a Torre de Menagem, perguntou quais eram os planos que a autarquia tinha, para com aquelas estruturas tão importantes.

Por último, salientou que o programa Enclave existia desde dois mil e nove e já tinha sido objeto de referência em três estruturas orgânicas daquela Câmara Municipal e sempre no capítulo da divisão da ação social é que se fazia menção ao mesmo. O programa era um programa de emprego protegido, para pessoas com insuficiência física e outros problemas incapacitantes, em que se pretendia que as mesmas tivessem estabilidade no emprego. Portanto, a Câmara, apesar de já desde dois mil e onze que o tinha contemplado, continuava a não dar a resposta devida. -----

A presidente da Câmara, quanto à questão da incubadora de empresas, disse que a mesma também tinha um co working e podiam existir as duas coisas. Em relação à transferência de dia vinte e oito, tinham finalmente, a responsabilidade do Castelo, que pertencia ao Ministério da Cultura. Havia já um projeto, que contemplava a remodelação da estrutura de madeira, que precisava de ser intervencionada.

Estavam, portanto, a trabalhar no centro interpretativo da cidade.

Acrescentou que, quanto ao programa “Enclave”, já tinha terminado há muito e optou-se por manter as pessoas e era necessário encontrar uma solução para as mesmas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Raúl Cordeiro perguntou à presidente da Câmara se a autarquia iria continuar a prever construções junto às muralhas do castelo, independentemente da proteção da mesma.

A presidente da Câmara disse que não havia nenhuma construção, de raiz, junto às muralhas do castelo. -----

O presidente da mesa referiu que a obra em causa era referente a um edifício que estava encostado à muralha do castelo, nos Muros de Cima, o qual teve um projeto para albergar o CCD da Câmara Municipal de Portalegre. -----

Raúl Cordeiro voltou a perguntar se aquela obra iria continuar a ser efetuada.-----

A presidente da câmara disse que a mesma tinha o aval da Direção Regional da Cultura.

Hugo Capote disse que se continuava a insistir em ações e obras, das quais a autarquia não tinha grande responsabilidade. Assim como, o facto de estar evidenciado no relatório a prestação da loja social, quando a mesma dependia das doações de várias instituições da cidade e a única coisa que faziam era a distribuição.

Sublinhou que a situação das obras de expansão da Zona Industrial já vinha nos relatórios municipais desde dois mil e dezassete. Portanto, estavam em meados de dois mil e vinte e a autarca continuava a dizer que tinha lançado o concurso duma obra que já vinha a falar há quatro anos. Era uma questão de gestão autárquica.

Perguntou desde quando é que o projeto marca “Portalegre” tinha sido concluído pelo IPP e, quanto ao espaço Robinson, perguntou porque é que não havia uma única menção ao mesmo, naquele relatório, naquilo que deveria ser uma prioridade do município. -----

A presidente da câmara disse que a marca “Portalegre” ainda não estava pronta. Estavam a ser desenvolvidas ações de promoção para a marca.

Relativamente à Robinson, salientou que estavam à espera que se desenvolvesse em tribunal a questão dos credores. Portanto, enquanto não fosse decretada a insolvência da Sociedade Corticeira, restava esperar. E, quanto ao projeto, lembrou que já ali foi apresentado o que se pretendia para o projeto daquele espaço. -----

Hugo Capote disse que a presidente da Câmara voltou a não ser sincera, porque se a marca “Portalegre” não estava ainda pronta, porque é que a mesma a anunciou a público. Contudo, tinha conhecimento que a marca já estava pronta há mais de um ano e custava-lhe aceitar que somente agora, às portas das eleições, fosse apresentada.---

2 – Ata n.º 30, relativa à sessão solene comemorativa do 25 de Abril e ata n.º 31, da reunião ordinária de 30 de abril de 2021;

Raúl Cordeiro referiu que, na ata trinta e um, numa das suas intervenções, tinha faltado a indicação do seu apelido e constava somente o primeiro nome. Dirigindo a palavra ao escrivão das mesmas, disse que não achava de bom tom, aquele facto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa chamou a atenção ao membro Raúl Cordeiro, dizendo-lhe que os pedidos de correção às atas eram, única e exclusivamente, dirigidos à sua pessoa, enquanto presidente daquela Assembleia Municipal e nunca aos funcionários. O presidente era o responsável, primeiro e último, pela redação das mesmas. Em futuras sessões, os membros da Assembleia, deveriam dirigir-se à mesa e nunca aos funcionários, que não tinham responsabilidade sobre as mesmas.-----

Raúl Cordeiro pediu desculpa pelo facto. -----

3 – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes - Compromisso Plurianual - ajuste direto para o fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão, baixa tensão especial, baixa tensão normal e iluminação pública ao abrigo do Acordo Quadro 103 SCICC 2020 - CIMAA;

- Deliberação da CMP de 31.03.2021 -

Não houve intervenções. -----

4 – Centro de Bem Estar Social do Reguengo/Isenção de Taxas;

- Deliberação da CMP de 28.04.2021 -

Não houve intervenções. -----

5 – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes - Compromisso Plurianual – Ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro/CIMAA – Controlo Analítico da Qualidade da Água e Efluentes;

- Deliberação da CMP de 05.05.2021 -

Não houve intervenções. -----

6 – Relatório Semestral (2.º Semestre de 2020), da Junta de Freguesia de Fortios, nos termos do n.º 3, da cláusula 7.ª, do Contrato Interadministrativo – Para conhecimento;

Deliberação da CMP de 26.05.2021 –

Não houve intervenções. -----

7 – Relatório semestral da Junta de Freguesia de Fortios, nos termos da alínea c) do n.º 2, da cláusula 6.ª do Auto de Transferência de Competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 26.05.2021 -

Não houve intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

8 – Relatório Semestral (2.º Semestre de 2020), da Junta de Freguesia da Alegrete, nos termos do n.º 3 da cláusula 7.ª, do Contrato Interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 02.06.2021 -

Não houve intervenções.-----

9 – Relatório semestral da Junta de Freguesia de Alegrete, nos termos da alínea c) do n.º 2, da cláusula 6.ª, do Auto de Transferência de Competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 02.06.2021 -

Não houve intervenções.-----

10 – Desafetação de parcela de terreno com 344,03 m2 – Caminho da Moita;

- Deliberação da CMP de 09.06.2021 -

Não houve intervenções.-----

O presidente da mesa propôs que os dois pontos seguintes fossem discutidos em conjunto.-----

11 – Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes/2020;

- Deliberação da CMP de 23.06.2021 –

12 – 1.ª Revisão orçamental 2021 - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 23.06.2021 -

O presidente do conselho e administração dos SMAT disse que, em virtude da pandemia, houve uma significativa quebra de receitas no setor dos transportes e do estacionamento. Portanto, os períodos de confinamento tiveram uma ação direta, naquilo que eram os principais clientes, acima dos cinquenta por cento. A quebra também se verificou bastante no serviço ocasional, chegando aos oitenta por cento. Salientou que houve um esforço para serem cumpridas todas as normas de segurança, quer dos passageiros quer do pessoal dos serviços, afetando os resultados ali apresentados.

Em relação à revisão orçamental, referiu que a composição da integração de saldo derivava da transposição de algumas obras que não tinham sido terminadas e de outras a executar no ano corrente. Brevemente estariam encerradas e prontas para arrancar, como era o exemplo da estação elevatória do Benzilhão e Apóstolos. Posteriormente seria feita a alocação daquele montante transitado ao setor das águas, do saneamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

e também da reparação dos veículos da frota. Sublinhou que o aumento da pluviosidade verificado fez aumentar a despesa, ao nível do saneamento. -----

Hugo Capote perguntou qual era o valor que transitou do resultado do orçamento de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um. -----

O vereador Nuno Lacão disse que a composição do saldo era no valor de seiscentos e três mil e noventa e dois euros. -----

Hugo Capote sublinhou o facto de que, num ano atípico em que os SMAT tiveram uma brutal quebra de receitas e com o investimento de mais de dois milhões de euros feitos em dois mil e vinte, mesmo assim chegaram ao fim com um resultado líquido, transitável para dois mil e vinte e um, de mais de seiscentos mil euros, num orçamento de cinco milhões anuais.

A pergunta que se colocava era se, não teria sido possível terem amortizado os altos valores cobrados aos portalegrenses, pelo consumo de água.

Lembrou que foram aprovadas, pela Câmara de Portalegre, várias isenções em relação à água e, perante tal, questionou onde é que as mesmas foram refletidas nos resultados dos SMAT. -----

O vereador Nuno Lacão disse que o assunto anterior correspondia à Câmara Municipal e não aos Serviços Municipalizados.

Quanto à questão do saldo transitado, disse que derivava das obras que não tinham sido ainda concluídas e de alguma aquisição de bens e serviços e que não tinha nada a ver com a tarifa da água, a qual já não sofria qualquer variação desde dois mil e dezassete, apesar da entidade que fornecia a água (Águas do Norte Alentejano) ter aumentado, todos os anos, o valor da mesma. -----

Hugo Capote voltou a realçar que os SMAT, mesmo não tendo mexido no valor da água, as receitas da venda da água aumentaram e, mesmo com o investimento feito, os SMAT transitaram seiscentos mil euros para o ano seguinte.

Na opinião da CDU era possível baixar o preço da água.

Mais disse que não percebia como é que naquele relatório ia a referência de que o conselho dos SMAT tinham avaliado cerca de quarenta e um pedidos de isenção de pagamento de águas. Portanto, se eram os mesmos que avaliaram tais pedidos, onde é que vinha refletido nas contas. -----

O vereador Nuno Lacão, quanto às isenções, disse terem sido analisadas pelos serviços técnicos dos SMAT. Emitiram o respetivo parecer mas, depois, a componente financeira era exercida pela autarquia, pois a decisão foi sua. -----

João Meira perguntou ao que é que o vereador se referia exatamente, quando falou do saldo de gerência que era aplicado no reforço da rubrica de água e em outros trabalhos especializados. Tanto quanto sabia as empreitadas não estavam incluídas naquelas rubricas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O vereador Nuno Lacão disse que a questão do saldo era respeitante à aquisição de bens e serviços, armazém, reparações, tanto no setor das águas como do saneamento, assim como da obra nas Carreiras, na Rua das Flores, na Urra, as quais já estavam executadas. Atualmente estavam para arrancar as obras do Benzilhão e Apóstolos. Na questão das rubricas da revisão, disse respeitarem, exclusivamente, aos custos com a água e saneamento, assim como ao nível da despesa com a frota. Tudo o que eram empreitadas e que estavam previstas em termos de Plano Plurianual de Investimentos iriam terminar com a situação do saldo. As outras empreitadas que ali não estavam, seriam lançadas brevemente e já estavam previstas no PPI, mas não faziam parte daquele descritivo. -----

João Meira perguntou se, do que foi ali dito, se podia concluir que as empreitadas iniciadas em dois mil e vinte e concluídas em dois mil e vinte e um tinham sido suportadas com rubrica própria, que está devidamente cabimentada para as suportar e que aquele reforço de rubrica eram para fazer face a despesa dita corrente, com saneamento e água, que os SMAT tinham. -----

O vereador Nuno Lacão disse que sim. -----

João Meira, perante a resposta dada, disse que importava destacar que a reivindicação que o PS fez, ao longo de quatro anos, inseriu-se numa coisa que não era prática, até ali, que era a conclusão das empreitadas e o cumprimento do PPI.

O que se interpretava, ao olhar para aquela execução, era que, na perspetiva do utilizador/pagador, o montante pago em água, cobrado aos portalegrenses estava a ser repercutido naquilo que era o investimento na rede. Portanto, não havia ali um desvio do pagamento da água, que não para a manutenção/conservação da rede de abastecimento e de saneamento. Contudo, ainda havia um conjunto de situações importantes de referenciar, como no caso das empreitadas que já deviam estar concluídas. Perante tal facto, questionou o vereador Nuno Lacão se as mesmas estariam até final do corrente mandato.

Por último, alertou que o autocarro mais recente da frota já datava de dois mil e dez e era essencial refletir sobre aquela matéria; além de que a pessoa mais jovem, nos quadros dos SMAT, tinha trinta e quatro anos e, à data de hoje, mais de cinquenta por cento, dos funcionários tinham mais de cinquenta e cinco anos. Perguntou qual era a estratégia que estava a ser delineada para responder às necessidades de recursos humanos, na medida em que dez colaboradores estavam à beira da aposentação.-----

O vereador Nuno Lacão disse que, das que estavam a arrancar, iriam fazer um esforço para estarem concluídas até final do mandato. No entanto, se assim não for, as obras estariam a decorrer e com uma percentagem de realização significativa.

Quanto à renovação da frota, disse que tinha alguma preocupação e que no início do mandato tinham uma frota com uma média de idades superior aos vinte anos e, dentro das possibilidades financeiras, conseguiu-se reduzir aquela média. Em relação às energias alternativas, ainda se tratava de uma tecnologia cara e até um pequeno veículo, de lotação restrita, podia ascender a mais de meio milhão de euros. Se existirem candidaturas, num futuro próximo, obviamente que é preciso investir na área.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Quanto ao quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados e á média de idades, referiu que logo desde o início seguiam a questão de perto e foram feitos alguns ajustamentos no mesmo. Pretendia-se continuar com a renovação, não só em termos de substituição, mas também das equipas de operações. Esperava que, no próximo orçamento, estivessem reunidas as condições para se fazer o reforço necessário ao pessoal. -----

Hugo Capote perguntou se tinha havida uma diminuição ou um aumento de utilizadores dos parques subterrâneos, nomeadamente, o da Corredoura e o de S. Francisco. -----

O vereador Nuno Lacão, após verificar o documento, disse haver um lapso, na conclusão do mesmo, que teria de ser retificado. Os números estavam corretos. A questão era que, em termos de entradas e saídas, nos parques, dizia respeito aos movimentos e não aos pagamentos. -----

13 – Relatório e Contas da Câmara Municipal de Portalegre/2020;

- Deliberação da CMP de 23.06.2021 -

A presidente da Câmara fez uma exposição abreviada, acerca das contas do município. No final da mesma, sublinhou que o ativo circulante da autarquia não era suficiente para cobrir o passivo corrente mas que, em termos de solvabilidade, tinham uma situação de melhoria contínua, demonstrando capacidade para fazer face aos compromissos, que de curto, quer de médio e longo prazo.

Quanto à autonomia financeira, o município continuava a registar melhorias, de forma a colmatar a sua grande dependência de financiamento, com capitais alheios.

A dívida orçamental do município, retirando o Fundo de Apoio Municipal era de quinze milhões, quarenta e cinco, seiscentos e vinte e oito e setenta cêntimos, o que equivalia a uma redução de dezoito e meio por cento.

Mais referiu que o valor da dívida total era, atualmente, de dezasseis milhões, setecentos e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro euros, inferior ao limite ditado pela lei das finanças locais e correspondia a um índice de endividamento de zero, oitenta e cinco, situação que se enquadrava na linha que a autarquia podia alavancar a quase totalidade dos investimentos em curso e em perspetiva.

Por último, disse que estaria disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

João Meira perguntou à presidente da Câmara qual era o motivo e a justificação para a redução significativa do grau de execução da despesa de capital. Em segundo, perguntou qual era o montante da disponibilidade do município, em termos financeiros, no final de dois mil e vinte. -----

A presidente da Câmara disse que a despesa de capital tinha a ver com a execução de empreitadas, que se iria refletir no ano de dois mil e vinte e um em que iriam ter um aumento muito grande naquela questão, por causa dos fundos comunitários. Portanto, a execução não foi a desejada, também devido aos efeitos da pandemia.

Relativamente ao montante disponível, disse que o saldo de gerência eram os trinta e cinco mil e quinhentos e oitenta e nove euros. As disponibilidades eram cento e quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Meira, perante as respostas dadas, constatou que tinha havido um adiamento de despesa de capital que não tinha sido concretizado, em dois mil e vinte, relativamente a empreitadas e obras, que foram adiadas para dois mil e vinte e um.-----

A presidente da autarquia disse que as empreitadas não tinham sido adiadas propositadamente. Teve a ver com o facto de terem lançado algumas obras que ficaram desertas, porque não houve concorrentes. Foi preciso reformular e voltar a lançar os procedimentos. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara onde é que, naquela prestação de contas, se refletiam todos os apoios à pandemia, publicitados pela mesma, como por exemplo, as isenções de taxas, de rendas, etc. -----

A presidente da Câmara disse que a despesa com o Covid tinha implicado um valor de cento e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois euros. As perdas de receitas associadas ao Covid forma de cerca de quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove euros, relacionados com a isenção de taxas de ocupação dos espaços públicos, isenção de rendas de estabelecimentos comerciais instalados em edifícios, propriedade do município, isenção no Mercado Municipal às lojas e bancas e isenção no mercado mensal aos feirantes.

Em relação às despesas com as medidas de combate, salientou ainda as remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais, em segurança social, aquisições de bens e serviços, transferências correntes para empresas locais e para a administração local, etc. -----

Hugo Capote chamou a atenção para o gráfico nove, que mostrava que o município de Portalegre tinha cobrado mais taxas em dois mil e vinte do que no ano anterior. Como é que explicava que tivesse isentado de taxa as ocupações de espaços públicos e, no entanto, tinha cobrado mais em dois mil e vinte do que em dois mil e dezanove. -----

A presidente da Câmara, relativamente àquelas isenções, disse que representavam pouco, relativamente ao que eram as obras que ocorreram durante o ano dois mil e vinte e que pagavam taxas.-----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara se, apesar de se terem isentado vários municípios e empresas, tinha havido uma maior cobrança de taxas porque houve mais obras, durante o ano de dois mil e vinte. -----

A presidente da Câmara disse que as pessoas continuaram a pagar as rendas. As isenções foram a nível dos espaços públicos e não tinham um significado assim tão grande, relativamente ao montante global. -----

Hugo Capote sublinhou que as isenções ali citadas pela autarca não tiveram grande influência, nem no orçamento da Câmara, nem na vida das pessoas, infelizmente. Mais salientou que desde dois mil e dezassete a dois mil e vinte, a taxa de execução que, no fundo, não era um número, mas sim a avaliação do desempenho da autarca e daquilo que a mesma se propôs cobrar e gastar e que, na prestação de contas final,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aquilo que realmente tinha cobrado e gastado. Efetivamente, a taxa de execução, quer a nível de despesa, quer de receita, diminuiu.

Também foi evidente que era impossível gerir um município quando se fizeram dezassete alterações orçamentais num ano.

Concluiu, dizendo que o que resultava daquele relatório era que a presidente da Câmara não tinha apoiado os portalegrenses numa altura de pandemia, nem na medida que pôde, nem por opção política, para adiar obra para dois mil e vinte um, ano de eleições autárquicas. Por último, sublinhou que a presidente atual demonstrou não ser capaz de gerir a Câmara, com as inúmeras alterações orçamentais que tinha feito, o que era condenável.-----

João Meira disse que as contas de dois mil e vinte espelhavam aquilo que tinha sido a realidade da governação executada pela presidente da Câmara Municipal de Portalegre, ao longo dos últimos quatro anos. A ausência de estratégia, a governação à bolina, levaram a que, à falta de um orçamento participado, onde os partidos e as forças políticas fossem envolvidas na discussão das melhores opções para o concelho se materializassem, como já referido anteriormente, em dezassete alterações orçamentais, num só ano. Tais materializações tiveram de ser viabilizadas porque houve falta de um orçamento e, a bem de Portalegre e dos portalegrenses, havia obras decisivas que não podiam deixar de ser feitas nem adiadas, por mera oposição político partidária.

Ainda assim, não podiam descurar que aquelas revisões orçamentais eram o reflexo da incapacidade de consenso e de cooperação política com os que ali tinham assento, tanto na câmara como na Assembleia Municipal.

Mais disse que, pelo quarto ano consecutivo, a execução orçamental do município tinha diminuído, o que provava que, desde há quatro anos, o orçamento apresentado para dois mil e dezassete e dois mil e dezoito era um orçamento sub orçamentado, que não espelhava a realidade para a qual Portalegre se destinava. Um orçamento previsto em mais de vinte milhões de euros, mas que nunca foi além dos dezoito milhões.

Portanto, aquela sub orçamentação e a incapacidade de fazer um orçamento credível materializava-se naquilo que hoje tinham e em que dos vinte e dois milhões e meio estimados apenas foram executados cerca de dezassete milhões e meio.

Acrescentou que aquilo que tinha sido a execução orçamental foi catastroficamente no mesmo período em que as transferências do orçamento de Estado aumentaram. Portanto, a cada ano que passou, sistematicamente as transferências do orçamento de Estado para o município de Portalegre foram aumentando e, entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte o município recebia mais quinze por cento do que aquilo que recebia há quatro anos atrás.

Sublinhou que a presidente da Câmara disse ali que tinha adiado despesa de capital. Recordou o facto de a despesa ter sido, em dois mil e vinte, de sessenta e nove por cento, o que significava que houve um adiamento do investimento, para que a autarca tivesse um montante significativo do mesmo em dois mil e vinte e um. Efetivamente, as despesas dos fundos comunitários, entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte caíram cerca de um milhão de euros, porque houve fundos que não foram executados e que a autarca adiou, premeditadamente, para uma estratégia puramente eleitoralista.

Portanto, os números falavam por si, numa realidade que ganhava contornos mais preocupantes, a partir do momento em que chegaram ao final de dois mil e vinte, o ano mais negro da vida dos portalegrenses, mas em que a presidente da câmara teve cerca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de quinhentos mil euros que transitou para o ano seguinte, deixando tantas necessidades sem resposta. -----

A presidente da Câmara disse que não houve transição de seiscentos mil euros das contas da autarquia. Tratava-se de algum erro que tinha de ser retificado. Saliu que o saldo existente era de trinta e cinco mil euros.

Por outro lado, disse que não foi premeditado não se ter feito obra. A obra não se fez porque os concursos ficaram desertos quando foram lançadas as empreitadas. Situações idênticas aconteceram do mesmo modo, a nível nacional.

Acrescentou que estavam a cumprir com a lei das finanças locais, em termos de execução, quer da despesa, quer da receita e, por outro lado, a Câmara tem tido as taxas de execução mais altas, de todos os tempos.-----

João Meira pediu à presidente da autarquia para que não faltasse à verdade. Recordou que a taxa de execução, em dois mil e dezassete, era de noventa e quatro por cento. Posteriormente, passou para noventa por cento. Depois caiu para oitenta e oito e, ultimamente rondava os oitenta e dois por cento. Portanto, a taxa diminuiu sistematicamente, durante o mandato vigente, o que demonstrou a incapacidade de execução orçamental.

Mais referiu que tinha havido um conjunto de obras, de candidaturas aprovadas e a autarquia apenas consignou e adjudicou as mesmas passados sete meses ou mais. O objetivo era claro. -----

A presidente da Câmara perguntou ao membro João Meira qual tinha sido a obra que o mesmo sabia ter sido adiada. -----

João Meira sublinhou o facto de a presidente já ter dito ali que houve obras em que derraparam os montantes para adjudicação das mesmas. Houve obras aprovadas pelo “Alentejo 2020”, ainda em dois mil e vinte, e que só foram consignadas em dois mil e vinte um.-----

A presidente da Câmara disse tratarem-se de coisas completamente diferentes. O que aconteceu foi que se lançou a obra a concurso, mas que ficou deserto. Portanto, quem fazia obras sabia que as empreitadas aumentaram cerca de trinta por cento, relativamente ao que eram os projetos iniciais. No entanto, adiar de forma consciente e deliberada para dois mil e vinte e um, nem fazia muito sentido.-----

Raúl Cordeiro referiu que se as taxas de obras subiram e se tiveram menos empresas a concorrer às obras, então havia qualquer coisa que não batia certo.

Por outro lado, disse que, afinal, a questão de não haver obras na zona industrial, bem como o facto de não haver obras na piscina municipal não era da responsabilidade do PS, nem de nenhum dos partidos da oposição, mas sim dos empreiteiros que não concorreram às obras. Estava baralhado e não estava a ver nenhuma obra que não tivesse sido feita porque os partidos da oposição se opuseram à mesma, mas chegava à conclusão que as taxas de obra aumentaram e as obras ficaram desertas porque ninguém concorreu. Solicitou à presidente da Câmara o devido esclarecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão disse que a oposição estava a fazer o seu papel. Portanto, não havia muito a apontar. Apenas lhe faltou ouvir dizer que a presidente da Câmara Municipal de Portalegre era também a culpada da pandemia.

Efetivamente o que ouviu dizer foi que algumas das obras ficaram desertas, facto que aconteceu por todo o país, porque a contratação pública escolhia, sobretudo, a questão do preço, que estava tabelado com um preço máximo.

Portanto, dizer-se ali que havia atrasos porque havia, deliberadamente, uma intenção eleitoralista, deveria ter de ser provado.

Acrescentou que, em relação ao que disse o membro João Meira sobre as alterações orçamentais do último ano, poderiam ver a questão de outra forma: provavelmente, a oposição estaria arrependida de não ter feito um esforço maior para conseguirem aprovar orçamentos ao longo dos últimos anos. Sublinhou que além da responsabilidade de quem aprova um orçamento, também havia a responsabilidade de quem o chumbava, sistematicamente.-----

Hugo Capote disse diretamente ao membro Ricardo Romão que no último orçamento a CDU foi a duas reuniões, apresentaram propostas e disseram que se as mesmas fossem contempladas ou negociadas estariam disponíveis para votar e aprovar o mesmo. Contudo, nunca foram chamados para tal. Uma vez mais, perguntou onde é que tinham falhado. Provavelmente, a presidente não esteve disponível para os ouvir e elencar, no orçamento, as propostas do PCP/PEV.

Acrescentou, que desde o princípio daquele orçamento, foram objetivos e o que ali provaram foi que as taxas de execução estavam a diminuir desde dois mil e dezassete e que, mesmo com o orçamento aprovado, as mesmas diminuíram. Tinha tudo a ver com a capacidade de planeamento e gestão da presidente da Câmara. Lembrou que em dois mil e dezoito não havia pandemia e a taxa de execução baixou e que os primeiros mandatos do presidente Mata Cáceres tinham taxas acima dos noventa e cinco por cento. Os factos eram objetivos.

Portanto, provou-se que não tinha havido esforço financeiro nenhum para resolver os problemas da pandemia e as taxas municipais até aumentaram. Sublinhou que durante a pandemia o que tinha parado foram os serviços, porque a construção civil foi dos poucos serviços que continuou a trabalhar.

Por último, questionou porque é que determinadas obras, como o caso da Avenida Francisco Fino foi sempre aprovada e nunca chumbada, mas não houve uma única vez que tivesse ali ido bem instruída, com orçamentos reais, etc. Portanto, se as coisas não iam nas devidas condições, aquela Assembleia Municipal não podia deixar de exercer o seu papel fiscalizador. A CLIP não lhes podia pedir tal situação, que se fechassem os olhos a determinadas questões tão importantes. Ficava provado que as taxas de execução tinham diminuído e as isenções aos munícipes eram um valor residual, pois as taxas até tinham aumentado.-----

João Meira, relativamente ao processo de negociação orçamental, salientou que o PS tinha apenas participado numa única reunião e ficaram a aguardar um segundo contacto, o qual nunca veio a acontecer, porque alguém se esqueceu de enviar um mero e-mail.

Quanto à piscina municipal e a Avenida Francisco fino, lembrou que, o empréstimo estava aprovado desde dois mil e dezanove. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa propôs um intervalo de dez minutos antes de passarem às deliberações dos pontos.-----

DELIBERAÇÕES:

Voto de pesar - José Manuel Barradas:

“Nascido a 23 de fevereiro de 1947, natural da freguesia de Urra, foi militante do PSD desde 1974 e membro ativo da Instalação do Partido Social Democrata (PSD) – Portalegre, partido pelo qual foi deputado, eleito pelo círculo de Portalegre, na IIª Legislatura, de 1980 a 1983.

Ainda pelo PSD, foi Presidente em vários mandatos da Comissão Política Distrital de Portalegre e Presidente em vários mandatos da Comissão Política da secção de Portalegre.

Durante a sua longa carreira cívica e política, ocupou outros cargos de destaque, nomeadamente Delegado Regional do FAOJ, depois Delegado Regional do Instituto Português da Juventude – Portalegre; Vereador da Câmara Municipal de Portalegre (de 1994 a 1997), com o Pelouro da Cultura; membro em vários Mandatos da Assembleia Municipal de Portalegre; Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Portalegre (2002); Secretário-geral da Região de Turismo de Portalegre e Presidente do Conselho de Administração da Fundação Robinson.

Funcionário da Segurança Social, foi também fundador da Carta Aberta e da União Geral de Trabalhadores (UGT) e Professor do Liceu Nacional de Portalegre.

Pelo muito que deu à sua cidade e região, no serviço da causa pública e do associativismo, de forma abnegada e altruísta, pela sua personalidade forte e empática e pela entrega às muitas causas a que se dedicou, deve ser reconhecido pela Assembleia Municipal o seu legado, enviando as condolências à família.”

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar.-----

Voto de pesar - Padre Américo Ribeiro Agostinho

“Nasceu em São Pedro do Esteval, no dia 7 de setembro de 1936.

Ingressou no Corpo Nacional de Escutas, tendo feito a promessa de Caminheiro em 1958. Em 1960 participa no Acampamento Nacional XI, no Estoril.

Foi ordenado Presbítero, por D. Agostinho Lopes de Moura, a 9 de Julho de 1961. Começou por ser coadjutor da Igreja diocesana em Portalegre e em seguida em Ponte de Sor.

Em 1962 fez promessa de dirigente e assistente adjunto do Agrupamento 142 em Portalegre.

Com a sua nomeação como coadjutor em Ponte de Sor em setembro de 1962 transitou para o Agrupamento Local.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em 1964 foi nomeado pároco de Alegrete e de Reguengo. Por esta altura regressa ao Agrupamento 142, onde começa a ajudar em tudo o que pode.

Mais tarde, encarregado da paróquia da Urra.

Em 1983 foi nomeado Vigário paroquial das Paróquias da Sé e de S. Lourenço, em Portalegre e em 2000 foi nomeado Capelão do CIP de Portalegre.

Em 2002 foi nomeado para Alagoa e Fortios onde permaneceu como pároco até aos dias de hoje.

Em 2015 foi agraciado pela Câmara Municipal de Portalegre com a Medalha de Mérito Municipal de Grau Ouro.

Em 2018 recebeu o Colar de Nuno Álvares, a mais alta recompensa e distinção concedida no CNE, que se dedica a premiar os serviços extraordinários e excepcionalmente relevantes prestados ao Movimento Escutista.

Para além da dedicação à paroquialidade e ao escutismo foi professor de Religião e Moral desde 1963, primeiro na Ponte de Sor e, depois, em Portalegre.

Toda a sua vida foi um manifesto de fidelidade a Deus e aos princípios escutistas, que sempre respeitou.

Deixa como o seu maior legado um exemplo de serviço e dedicação às pessoas e à cidade, a par da defesa dos ideais do humanismo, marcas que não se vêm mas que tocaram profundamente todos aqueles que tiveram o privilégio de privar com o Padre Américo.

É, por isso, de elementar justiça, que a Assembleia Municipal de Portalegre reconheça o enorme contributo de uma vida a toda a comunidade de Portalegre, enviando as condolências a toda a família.”

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar. -----

O presidente da mesa associou-se aos votos de pesar e disse que se viviam tempos difíceis e, provavelmente, não tinha havido tempo mas havia outra personalidade da cidade que faleceu recentemente, que era militante do PSD, e que numa próxima reunião daquele órgão merecia um voto de pesar, de igual dimensão, que era o professor Francisco Salgado. Sem haver ainda letra de voto, disse que ficava ali o profundo pesar pelo desaparecimento de um amigo pessoal. Iriam votar também aquele voto. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar. -----

De seguida, foi proposto um minuto de silêncio.

2 – Ata n.º 30, relativa à sessão solene comemorativa do 25 de Abril e ata n.º 31 da reunião ordinária de 30 de abril de 2021;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro abstenções, aprovar a ata número 30, de 25 de abril. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar a ata número 31, de 30 de abril. -----

3 – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes - Compromisso Plurianual - ajuste direto para o fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão, baixa tensão especial, baixa tensão normal e iluminação pública ao abrigo do Acordo Quadro 103 SCICC 2020 - CIMAA;

- Deliberação da CMP de 31.03.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

4 – Centro de Bem Estar Social do Reguengo/Isenção de Taxas;

- Deliberação da CMP de 28.04.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

5 – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes - Compromisso Plurianual – Ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro/CIMAA – Controlo Analítico da Qualidade da Água e Efluentes;

- Deliberação da CMP de 05.05.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

6 – Relatório Semestral (2.º Semestre de 2020), da Junta de Freguesia de Fortios, nos termos do n.º 3, da cláusula 7.ª, do Contrato Interadministrativo – Para conhecimento;

Deliberação da CMP de 26.05.2021 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

7 – Relatório semestral da Junta de Freguesia de Fortios, nos termos da alínea c) do n.º 2, da cláusula 6.ª do Auto de Transferência de Competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 26.05.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

8 – Relatório Semestral (2.º Semestre de 2020), da Junta de Freguesia da Alegrete, nos termos do n.º 3 da Cláusula 7.ª, do Contrato Interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 02.06.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou.-----

9 – Relatório semestral da Junta de Freguesia de Alegrete, nos termos da alínea c) do n.º 2, da cláusula 6.ª, do Auto de Transferência de Competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 02.06.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

10 – Desafetação de parcela de terreno com 344,03 m2 – Caminho da Moita;

- Deliberação da CMP de 09.06.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

11 – Prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes/2020;

- Deliberação da CMP de 23.06.2021 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções do PSD e da CDU, aprovar o ponto.-----

Declaração de voto – PCP/PEV (Hugo Capote)

“Reconhecemos que há um esforço de investimento numa renovação do parque automóvel dos SMAT, mas não consideramos que nesta prestação de contas, num ano atípico e particularmente brutal e cruel para muitos portalegrenses, tinha havido margem para uma redução do preço da água e, portanto, não nos podemos associar, favoravelmente, o nosso voto.”

12 – 1.ª Revisão orçamental 2021 - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 23.06.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do PSD, aprovar o ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

13 – Relatório e contas da Câmara Municipal de Portalegre/2020;

- Deliberação da CMP de 23.06.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV, do PS e com a abstenção do PSD, rejeitar o ponto. -----

Declaração de voto – PCP/PEV (Hugo Capote)

“Não pondo em causa e até saudando a entrada do exercício das contas da Câmara Municipal de Portalegre no SNC, que torna mais comparável e, de certa forma, mais auditável estas contas, fica provada a incompetência da gestão autárquica, liderada por Adelaide Teixeira e as opções políticas claramente condenáveis, no sentido em que ficaram demonstrados que os apoios à pandemia, durante um ano atípico para os portalegrenses, foram residuais, com opções eleitoralistas para ter verba para lançar obra para dois mil e vinte e um. Isto tem de ser, claramente, criticável e merece o nosso voto contra.”

Declaração de voto – PS (João Meira)

“Perante as contas de dois mil e vinte, que resultam de dezassete modificações orçamentais, consequência de uma ausência e de uma disponibilidade de diálogo político aberto e mediante uma redução consecutiva da execução orçamental, que atinge no quarto ano o pior valor dos últimos quatro, ao mesmo tempo que há um aumento da transferência do orçamento de Estado, o que torna mais incompreensível esta execução orçamental, concretizada uma redução significativa na taxa de execução da despesa de capital que demonstra o adiamento de investimento, em dois mil e vinte, para ser concretizado, do ponto de vista eleitoral, em dois mil e vinte e um. O Partido Socialista não poderia fazer algo que senão chumbar estas contas.”

Moção 1: Toponímia - atribuição do nome Fernando Soares à praça central do Bairro dos Assentos - (CDU);

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção. -----

Moção 2: Toponímia - dotação de um edifício municipal com o nome Jorge Arranhado - (CDU);

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS, PCP/PEV e do PSD e os votos contra da CLIP, aprovar a moção. -----

Moção 3: Contributos da Assembleia Municipal de Portalegre para o Plano Ferroviário Nacional – (CLIP) e (PCP/PEV);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa propôs que se votasse em separado o texto ali apresentado pela CLIP e o outro apresentado pelo PCP/PEV. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção da CLIP. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção do PCP/PEV. -----

O presidente da mesa designou a constituição de um grupo de trabalho para formular uma redação final, de ambos os textos, a ser composto pelos dois proponentes e por um elemento de cada grupo municipal. Portanto, ficava com o encargo da convocação da reunião do grupo de trabalho o representante do maior grupo municipal. -----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS: Faltou Francisco Manuel Frutuoso Carriço. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 19.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 23:30 do dia trinta de junho do ano de dois mil e vinte e um e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)